

A utopia de Manoel Bomfim

ÂNGELO PRIORI*

VANESSA DOMINGOS DE MORAES CANDELORO****



Manoel Bomfim (1868-1932)

Palavras iniciais

O presente artigo¹ discute algumas ideias do pensamento de Manoel Bomfim. Em livros como *América Latina: males de origem*, publicado em 1905 e *O Brasil Nação: Realidade da soberania brasileira*, publicado em 1931, Manoel Bomfim formulou princípios norteadores para a construção das nações latino-americanas, e por conseguinte, brasileira, sob um modelo progressista, isto é, de uma nação que superasse o atraso e conseguisse a sua soberania nacional. Segundo Bomfim, somente um grande esforço educativo poderia levar

esses países à condição de ser, de fato, “senhor dos seus destinos”, só a educação garantiria a soberania nacional. Mas ele mesmo lembrava: acho que estamos diante de uma grande utopia.

Pequena biobibliografia de Manoel Bomfim

Manoel Bomfim, intelectual sergipano, nasceu em 08 de agosto de 1868, na cidade de Aracaju. Aos dezessete anos, mudou-se para a Bahia, onde iniciou o curso de medicina, mas o concluiu no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1890, onde apresentou a tese *Das Nefrites*². Em 1891 foi nomeado médico da Secretaria de Polícia, tornando-se um ano mais tarde tenente-cirurgião da Brigada Policial. Casou-se com Natividade Aurora de Oliveira e se mudou para Mococa, no interior do Estado de São Paulo com o objetivo de clinicar. Teve dois filhos, Aníbal e Maria, sendo que esta veio a falecer com um ano e dez meses. Desiludiu-se com a medicina no ano de 1894, justamente por não ter conseguido salvar a filha. Depois de abandonar a medicina, regressou ao Rio de Janeiro e passou a se dedicar aos estudos sociais e a educação. A princípio, escreveu artigos para jornais, ministrou aulas particulares (ensinou português, ciências e história natural) e revisou provas tipográficas.

Em maio de 1896, Manoel Bomfim foi convidado pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Francisco Furquim

Werneck de Almeida, para ocupar o cargo de subdiretor do Pedagogium, cargo que assumiu em 25 de junho daquele ano. Criado em 16 de agosto de 1890, pelo governo provisório, através do decreto No. 677, o Pedagogium tinha a função de coordenar e controlar as atividades pedagógicas do país e de ser um centro impulsionador e estimulador de reformas e melhorias para o ensino público, em contraponto à situação sofrível da realidade escolar brasileira. Pouco tempo depois, em março de 1897, Bomfim torna-se o Diretor Geral da instituição.

Ao aceitar o cargo de subdiretor e, posteriormente, de diretor geral do Pedagogium, Bomfim iniciou sua atuação no magistério. E é neste contexto que se defrontou com a triste realidade do ensino público no Brasil, acumulando uma experiência concreta e necessária para investigar as raízes dos entraves educacionais da época³.

Em 17 de agosto de 1907 tomou posse como Deputado Federal, pelo Estado de Sergipe, substituindo o então deputado Oliveira Valladão, que havia renunciado ao cargo de deputado, para ocupar o de senador da República. Bomfim exerceu o mandato de Deputado Federal até o dia 31 de dezembro de 1908. Em fins de 1908, se candidatou à reeleição, mas não obteve êxito. Deixou a política para se dedicar exclusivamente à produção intelectual e literária.

Ao dedicar-se ao magistério e aos estudos sociológicos, Bomfim legou à cultura brasileira uma importante e ampla obra intelectual. Além dos livros já citados, escreveu ainda *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *Cultura e educação do povo brasileiro* (1931). A sua produção de cunho historiográfico e sociológico é considerada pioneira na aplicação do materialismo para a análise do passado

brasileiro. Dedicou-se também aos estudos de psicologia, e sobre o assunto escreveu, entre outros títulos: *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1928).

Bomfim também teve relevante atuação na imprensa brasileira. Foi redator e secretário de *A República* e da *Revista Pedagogium*, diretor da *Revista Pedagógica Educação e Ensino* e um dos fundadores da revista quinzenal *Universal*. Redigiu a revista *Leitura para Todos* e escreveu artigos para os jornais: *O Correio do Povo*, *O Comércio*, *Ilustração Brasileira*, *O País*, *Notícia e Tribuna*.

Devido a sua vasta experiência pedagógica, produziu diversos livros didáticos destinados ao curso primário e ao ensino médio. Entre eles podemos citar: *Compêndio de Zoologia geral* (1902), *Lições e leituras para o primeiro ano* (1922), *Lições e leituras: livro do mestre* (1922) e *Crianças e homens* (1922). Com Olavo Bilac escreveu três obras didáticas que tiveram forte influência da formação inicial de gerações e gerações de brasileiros: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899); *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio* (1910)⁴. Bomfim faleceu em 1932, aos 64 anos, no Rio de Janeiro.

Em 1904, em um de seus artigos: *O progresso pela instrução*, o autor já constatava a sua ansiedade frente ao problema que adotou como reflexão por longo tempo:

Pretender a verdade e a pureza de um regime democrático em nação onde 90% dos indivíduos são

incapazes de vida pública porque são analfabetos, é procurar um absurdo (BOMFIM, 1904).

E reafirmava esse pensamento três décadas depois:

Somos uma nação ineducada, conduzidas por um Estado pervertido. Ineducada, a nação se anula; representada num Estado pervertido, a nação se degrada (BOMFIM, 1930).

Diferentemente de seus contemporâneos, que segundo Darcy Ribeiro, “gastam páginas e páginas para repetir o que os pensadores metropolitanos dizem sobre nós, com o objetivo de justificar o colonialismo europeu” (RIBEIRO, 2005, p. 11), Manoel Bomfim, por sua vez, propunha desvendar as origens dos problemas do Brasil e da América Latina. Questionava as raízes do atraso, os empecilhos para a constituição de uma sociedade democrática e integradora. E para a construção desta sociedade democrática, defendia a expansão da educação pública para o acesso de todos ao saber.

Um pensador rebelde: a denúncia do racismo científico

Na segunda metade do século XIX, aportaram em terras brasileiras muitas teorias explicativas para o atraso ou o progresso das nações. Explicações essas que tiveram sua gênese na Europa, como o positivismo de Comte; o evolucionismo de Spencer; o transformismo de Darwin e a etnologia de Gobineau, entre outros. Estas teorias moldaram a construção de um discurso explicador do Brasil, num contexto político-cultural onde a pauta principal dos debates entre os intelectuais e políticos era a possibilidade, ou não, da constituição futura da nação brasileira em termos mais democráticos e progressistas. Um dos problemas com força intelectual no fim do século XIX

era a ideia de que a composição multirracial era um obstáculo para a formação da nação. A grande questão estava colocada: poderá existir uma nação onde a população é constituída predominantemente por negros, índios e mestiços? Esta teoria da desigualdade inata das raças, defendidas por Gobineau e Gustave Le Bon⁵ e adotada por uma parcela considerável dos intelectuais brasileiros, acabou tendo influência dominante no pensamento social e político do Brasil, principalmente porque supostamente eivada em dados científicos.

Neste contexto, pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Silvio Romero viam na questão racial, principalmente na mistura de raças, o grande problema da inferioridade brasileira. Manuel Bomfim, por sua vez, cansado das análises deterministas, inovava propondo:

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a ignorância, é a falta de preparo e de educação para o progresso - eis a inferioridade efetiva; mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular (BOMFIM, 1932, p. 59).

O fato é que, na virada para o século XX, no Brasil, buscava-se não só a identidade nacional brasileira, mas também uma identidade específica para o campo intelectual. Nesse quadro, a produção de Bomfim ganha destaque ao refutar o discurso eurocêntrico dominante, com novos e autênticos argumentos. Para Ronaldo Conde Aguiar (2000), Bomfim colocou em cena um contra discurso. Este se chocava, frontalmente, com o discurso dominante e conservador de sua época.

A ideia formulada por Bomfim, em contraposição ao discurso que atribuía ao fator raça as causas do subdesenvolvimento, é a tese do parasitismo social, onde ele enfatizava que a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causava profundos males aos povos latino-americanos. Segundo o autor, o parasitismo impunha três efeitos malévolos e predador: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre eles; e a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas (BOMFIM, 2005).

A história do pensamento social brasileiro, muitas vezes, excludente e parcial, omite a importância de alguns autores do passado. Existe uma espécie de estratificação dentro do campo teórico, relativo ao papel dos intelectuais interpretadores do Brasil, que pouco altera a ordem de importância das obras, pois tendem a petrificar julgamentos e valores.

Neste sentido, o pensamento de Bomfim é inovador, “um pensador rebelde” e humanista. Por sua ousadia denunciou o chamado racismo científico que entorpecia parte dos intelectuais e a elite dirigente brasileira.

Ao examinar a influência de cada uma das raças sobre as novas sociedades, importa pouco o estudo das qualidades positivas dos selvagens e dos negros; o essencial é saber qual o valor absoluto dessas raças, em si – a sua capacidade progressista: se são civilizadas ou não. Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de

ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes (BOMFIM, 2005, p. 267-268 – grifo de MB).

Para Manoel Bomfim, a ideia de progresso estava intrinsecamente ligada à educação e não relacionada com as questões raciais. A educação básica deveria ser uma prerrogativa específica e intransferível da União, já que esta, teoricamente, estaria livre da direta influência política das oligarquias estaduais e municipais.

A educação como luz para a revolução

O crescente interesse de Manoel Bomfim pelos assuntos educacionais foi impulsionado pela leitura do Report of the Commissioner of Educations⁶. Pela primeira vez se deparou com o quadro geral da instrução pública no Brasil. Bomfim inquietou-se a tomar conhecimento por este estudo, que entre trinta países americanos, do norte ao sul do continente, o Brasil ocupava o terceiro pior índice de escolaridade: 2,2% apenas. E confessou:

Foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza patente dos nossos recursos, que nunca mais pude furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. De então para cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo (BOMFIM, 1932, p. 55).

A partir deste fato, o pensador começa a construir a tese de que os males do Brasil e da América Latina só seriam superados com a transformação do quadro educacional brasileiro, que romperia com a herança colonial e iniciaria um processo renovado de desenvolvimento. Esta ideia tornou-se para Bomfim uma espécie de crença que o acompanhou por toda a vida.

Para ele a ignorância (a falta de instrução) nulificava o povo de tal modo que o tornava incapaz de distinguir suas necessidades e acreditar num futuro. A democracia era possível somente com indivíduos capazes de serem livres e responsáveis. Portanto, mais que ao progresso, a instrução conduziria o país à verdadeira democracia, nascida da vontade conjunta de todos.

Não há progresso na ignorância. Na economia social de nossa época, país de analfabetismo quer dizer: país de miséria e pobreza, de despotismo e degradação. Percorra-se a carta do mundo atual, e achar-se-á uma relação constante e absoluta entre a difusão do ensino e o progresso. Vereis ainda: que a generalização da instrução, a prática da ciência, precedem sempre a grandeza e a prosperidade (BOMFIM, 1904, p. 59-60).

Portanto, a proposta que Manoel Bomfim defendeu por trinta anos tinha como intuito redimir o povo brasileiro por meio da educação, pois somente esta o conduziria a viver numa verdadeira democracia. Porém, sua proposta esbarrava em um problema teórico, segundo Ronaldo Conde Aguiar (2005): como difundir a instrução popular básica e conscientizadora numa sociedade excludente, dominada por uma classe dirigente oligárquica e refratária que se nutria, justamente, do atraso e ignorância do povo brasileiro? Manoel Bomfim, frente a esse impasse, propôs um processo que levaria o povo à revolução, a fim de, conseqüentemente, conseguir melhorar a educação em nossa sociedade. De que maneira essa revolução seria desencadeada? Explica Bomfim:

Sem dúvida: é indispensável que a massa da nação brasileira suba a nível – mental e social, mediante sistemática educação. Mas, tanto só

se realizará quando o povo for senhor dos seus destinos. No mesmo lance em que se esboçam as novas formas políticas e sociais, com as instituições de legítima justiça se definirá o ideal de educação, e criar-se-ão os modelos e processos, em correspondência com o mesmo ideal. Aqui, não se dará nunca que os dominantes preparem a massa popular para ser efetiva soberania da nação. Equivaleria a realizar própria revolução. Mesmo que a prática da democracia se faça com absoluta sinceridade, o grande número, absorvido pelo ganha-pão, não terá meios, nem lazes – para o tirocínio de preparo geral. Destarte, os dirigentes democratas podem derrear-se em liberalismo, multiplicar os cuidados em prol da instrução e da educação, sem que isto venha redimir a maioria – os trabalhadores da inferioridade em que se encontra e que reflete os formidáveis privilégios econômicos e financeiros a que essa maioria tem de servir (BOMFIM, 1996, p. 562).

Embora bebesse nas fontes do marxismo, Bomfim não era um revolucionário strictu sensu, que dedicava a vida à luta contra a burguesia. Ele era um democrata. E buscou no marxismo não um guia de ação revolucionária, mas um “método de interpretação da realidade social, ao qual acrescentou um profundo e constante amor pelo Brasil e por sua gente” (AGUIAR, 2000, p. 41).

Na visão de Bomfim, faltava na América Latina um esforço das classes dirigentes para vencer os vícios do passado. Carecia um empenho concentrado para aprender com os erros/acertos da colonização luso-espanhola. Aprender os fatos históricos era o primeiro passo para a estruturação de algo novo, diverso e mais justo. Imperioso era buscar as raízes mesmas do atraso social. Justificar o atraso por meio de citações de teorias raciais era, para Bomfim, deixar de

analisar a realidade concretamente. E para sair desse estágio nada alvissareiro, Bomfim propunha a expansão da educação como trajetória necessária para o desenvolvimento.

Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes (BOMFIM, 2005, p. 310).

De acordo com o autor só quando educada a população poderia alcançar o progresso.

Sofremos, neste momento, uma inferioridade, é verdade, relativamente aos outros povos cultos. É a IGNORÂNCIA, é a falta de preparo e de educação para o progresso – eis a inferioridade efetiva, mas ela é curável, facilmente curável. O remédio está indicado. Eis a conclusão última desta longa demonstração: a necessidade imprescindível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar (BOMFIM, 2005, p. 360).

O progresso só chegaria para aqueles que o compreendem, desejam e buscam. Destarte, o dever supremo dos dirigentes em um regime democrático e livre seria o de suprimir as injustiças, defender a liberdade e estabelecer a igualdade. Impossível conquistar a democracia efetiva num país de analfabetos.

Outro elemento fundamental para uma sociedade próspera, segundo Bomfim, era a liberdade. Somente o indivíduo educado, instruído era capaz de conduzir-se por si mesmo para uma vida social autônoma. “Ser livre é antes de tudo escapar da escravidão que a ignorância impõe, da escravidão que em nós mesmos reside, e trazer a

inteligência a iluminar os atos e a vida” (BOMFIM, 2005, p. 373).

Portanto, a maior tarefa de um governo democrático seria o de expandir a educação. Para isso seria necessário um grande esforço da classe dirigente a fim de superar os “vícios bragantinos” e atender as necessidades das massas, levando a pátria a uma situação mais confortável diante do “mundo civilizado”. O progresso do Brasil estava, segundo Bomfim, intimamente ligado à expansão da educação.

Em vez de esperar que os analfabetos, entusiasmados pela ciência, se combinem e se cotizem, e venham organizar escolas para si e para os filhos, ou que, desiludidos da própria ignorância, nos venham pedir instrução, vamos nós oferecer-lhes essa instrução, que eles desconhecem e que os erguerá. Começemos pelo princípio: difusão do ensino primário. Forcemos a nota, numa campanha generalizada; chamemos à atividade quantas inteligências possam acudir ao nosso apelo (BOMFIM, 2005, p. 379).

Descontente com as classes dirigentes brasileiras e em dúvida quanto à iniciativa dessas classes em levar à massa a instrução devida, Bomfim apelava a todos os cidadãos que estavam descrentes no governo e ansiosos por progresso, para abraçarem a causa e ajudarem no esforço de educar. Como professor sabia das dificuldades do caminho, entretanto, como utopista, acreditava que seu ideal pudesse se tornar realidade. Bomfim enfatiza, como Anatole France, que “a utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro promissor”:

Utopia... Utopia... Repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o

nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer força imanente à própria utopia; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos (BOMFIM, 2005, p. 382).

Liberdade e justiça são dois ingredientes indispensáveis na democracia, conforme explanava Bomfim. Os homens livres, diferentemente dos escravos, precisam de liberdade plena para organizar suas atividades. Assim, a educação é fundamental nesse processo de liberdade, pois a educação para o trabalho faz com que o indivíduo tenha consciência de sua realização, sentindo prazer na atividade desenvolvida.

Destarte, necessária à boa organização política e à eficácia da socialização, a liberdade é a base mesma da disciplina moral. Apliquemos ao Brasil estas verdades. Continuada do torvo despotismo bragantino, eivada dele desde sempre, a nossa política ofende e contraria uma coisa e outra: a disciplina ativa e a solidariedade fecunda. Ontem uma liberdade de favor, por isso mesmo falha, desmoralizante; hoje, o tripúdio da irresponsabilidade bestial por sobre tudo que lembra liberdade e justiça (BOMFIM, 1996, p. 467).

Na visão de Bomfim, na República brasileira, pouco se fazia para lembrar a democracia, a começar pela etnologia oficial adotada pelos dirigentes que “antipatrioticamente” caracterizam a massa da população como inferior. Além disso, pouco se conhecia sobre o próprio país, pouco se fazia para construir uma identidade nacional que unificasse os extremos do país e pouco de concreto ou verdadeiro se fazia pela educação popular.

As elites dominantes não estavam nem um pouco interessadas em proporcionar uma boa educação pública. Propositalmente a massa da nação

brasileira foi deixada na ignorância. A instrução primária, para Manoel Bomfim, era a base da soberania. É preciso ressaltar que naquele contexto histórico a alfabetização era requisito para o exercício do direito de votar. O raciocínio era o seguinte: povo sem instrução não pode votar; o Estado não propicia ao povo educação; o povo é excluído duplamente da vida do Estado; o povo não se reconhece em seus dirigentes e vice-versa.

Potentados e privilegiados sobre a miséria da nação, esses dirigentes não suportariam vozes que pudessem levá-la à redenção (...) E o remédio são, natural, ainda é impossível; há que esconder no imo – coração a todos esses ideais; mas a luz não se anula porque a fechem: a menor fresta a revela, e o homem irá finalmente, para ela, ainda que tenha de abrir a talhos o caminho até lá (BOMFIM, 1996, p. 530).

Logo, o único meio de transformar a realidade brasileira continuava sendo, na opinião de Bomfim, a educação, a única luz para a vida, para o aprimoramento moral e para as liberdades que dignificassem os indivíduos. A novidade reside no fato de que na obra O Brasil Nação tal função só poderia ser realizada pelo Estado. Mas um novo Estado, tendo como líderes novos dirigentes. Portanto uma revolução era necessária.

Amemos nossos ideais, e eles nos levarão, mesmo a preço de vidas, à remissão desta pátria, hoje possuída pela podridão. Seremos, nós outros, brasileiros, tão desprovidos, assim de desinteressado amor a esta nacionalidade, que não consigamos, finalmente, elevar a vida deste povo a um nível realmente humano? (BOMFIM, 1996, p. 530).

Havia um nítido descompasso entre o povo e a classe dirigente. O único remédio para o progresso seria a

revolução que remodelasse a própria nação, que a recriasse sob novos paradigmas. O único Brasil que deveria permanecer era o da alma popular. Em seu ânimo espontâneo, o brasileiro diante das dificuldades foi apurando seus afetos pela pátria. Do governo, por sua vez, nada poderia esperar.

Segundo Bomfim, a República era uma mentira, a democracia, impossível de se realizar sem que a população a compreendesse e participasse de sua construção. A educação política poderia solucionar esse impasse. Mas, a resignação não ajudaria nesta obra regeneradora, era preciso extrair toda força de que a população era dotada, todo valor humano. Com esperança em um futuro melhor e com grandes esforços dos idealistas o Brasil poderia alcançar a condição de “senhor dos seus destinos”.

Palavras finais

Quando uma nação tem um passado de grandes conquistas, esse deve ser lembrado e as tradições mantidas, mas, no caso do Brasil, tudo foi feito no sentido de manter o domínio e a exploração, a eterna política da conservação. Os sonhos de liberdade e justiça nunca se realizaram. O passado nada glorioso, então, deveria ser deixado para trás e o futuro desejado construído.

Pelo horror ao esforço, ou tendência ao repouso, insiste o homem em apegar-se ao passado, que lhe poupa a fadiga de novas adaptações, e exagera ainda, o seu valor porque aí se incluem, finalmente, todos os privilégios de classe (BOMFIM, 1996, p. 557-558).

Assim sendo, Bomfim propunha que se destruísse o passado, pois só deste modo poderia haver total troca da classe dirigente, e no futuro que seria construído, a massa dos que trabalham e produzem estariam incluídas na história.

A revolução deveria ser feita pelo próprio povo, deveria “vir de baixo”, pois para abolir a estrutura sobre a qual estava o país só uma força regeneradora, totalmente nova, poderia impor um novo padrão de valores.

Manoel Bomfim não vislumbrava para o Brasil uma revolução nos moldes da ocorrida na Rússia, em 1917, por duas significativas razões. Primeiro, porque no Brasil a classe operária era quase inexistente. Segundo, o nível de consciência revolucionária era muito baixo. Logo, o país “não poderia contar com uma imediata solução comunista”. Tampouco acreditava na revolução que se desnudava com os movimentos de 1930, pois achava que permaneciam os “governantes tradicionais”, o que a tornava incapaz de fazer as mudanças necessárias a reformar a política e as formas de administração do Estado. Sua proposta revolucionária baseava-se nos moldes da revolução mexicana, nascida de baixo, no seio da população. Essa revolução seria feita com o propósito de substituir gentes, programas e processos, tornando viável, em seguida, mudanças sociais, econômicas e políticas essenciais ao progresso brasileiro.

Só vemos um tipo de revolução que seria o próprio caminho para o Brasil – a que o México vem fazendo nos últimos doze ou quinze anos: afastamento definitivo, como que eliminação, dos dirigentes antigos dominadores, e reparações que, sendo parte da justiça reclamada, são, ao mesmo tempo, estímulo, soerguimento de ânimo nacional (...) E compreende-se que tal nos convenha: as condições históricas aproximam-nos tanto (BOMFIM, 1996, p. 572).

Bomfim acreditava na ideia de irradiação do sentimento da revolução. Cada indivíduo passaria enxergar mais claramente a realidade que o envolvia e

ampliaria seu descontentamento clamando mais e mais pessoas para fazerem a revolução necessária. E conclui afirmando que os dirigentes brasileiros queriam apenas o mando, o usufruto do poder; no entanto, havia tantas necessidades urgentes para serem atendidas, muitas delas com fáceis soluções. Portanto, nesta brecha da incompetência do Estado é que a revolução se tornaria tangível.

Bem, oitenta anos depois, resta-nos a história para explicar.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. Sobre a presença de Manoel Bomfim no pensamento social brasileiro, no centenário de A América Latina: males de origem. In: Achegas (www.achegas.net/número/31). São Paulo, vol. 31, 2005. Acessado em 26 mar. 2009.

ALVES FILHO, Aluizio. Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial. São Paulo: Expressão popular, 2008.

BOMFIM, Luís Paulino. Pequena biografia de Manoel Bomfim. In: BOMFIM, Manoel. A

América Latina: males de origem. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

_____. Instrução popular. In: Cultura e educação do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Pongetti, 1932.

_____. O Brasil na história: deturpação dos trabalhos, degradação política. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

_____. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

_____. O progresso pela instrução. In: BOMFIM, Manoel; LIMA, Sérvulo; XAVIER, Américo; MEDEIROS, Albuquerque. Discursos. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Profissional, 1904.

PETRUCCELLI, José Luis. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro (1870-1930). Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v. 7, p. 134-149, dez.1996.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Edição do centenário. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro; OLIVA, Terezinha Alves. As multifaces de "Através do Brasil". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, no. 48, p. 101-121, 2004.



* **ANGELO PRIORI** é Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Programa de Pós-Graduação em História e no Departamento de História; Doutor em História e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

** **VANESSA DOMINGOS DE MORAES CANDELORO** é Graduada em Ciências Sociais pela UEL e especialista em História pela UEM.

¹ Esse texto traz algumas reflexões que estão contempladas em um estudo mais amplo, intitulado: "Manoel Bomfim, a educação como resposta para os males do Brasil", que sairá no mês de julho em: PRIORI, Ângelo; PEREIRA, Lupércio Antônio. Dilemas do desenvolvimento brasileiro: ideias, política e economia no Brasil

do século XIX. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

² Das Nefrites. Dissertação da cadeira de patologia médica, apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 30 de julho de 1890.

³ Essa pequena biobibliografia de Manoel Bomfim foi redigida com informações retiradas de Luís Paulino Bomfim (2005) e de Ronaldo Conde Aguiar (2000), aliás, quem melhor fez até agora, uma análise da vida e da obra de Manoel Bomfim.

⁴ O livro *Através do Brasil*, escrito em conjunto com Olavo Bilac teve mais de sessenta edições, sendo que a última foi publicada no ano de 1962. Para uma análise da dimensão de influência e permanência desse livro ao longo do tempo, ver: SANTOS & OLIVA, 2004. A Companhia das Letras fez uma reedição desse livro em 2000. No

entanto, excluiu capítulos, figuras, ilustrações etc. Serve, evidentemente, como “objeto de memória” (SANTOS & OLIVA, 2004, p. 112). Mas para qualquer análise mais acurada recomenda-se a consulta da primeira edição de 1910.

⁵ Sobre a influência das ideias de Gobineau, Couty e Le Bom no pensamento brasileiro, remetemos os leitores ao esclarecedor artigo de José Luis Petruccelli (1996). Ver também: Aluizio Alves Filho (2008).

⁶ Segundo Ronaldo Conde Aguiar (2000, p. 193, nota 221), este Report foi elaborado pelo governo dos Estados Unidos em 1893 e apresenta dados estatísticos relativos ao biênio 1889-1890. Aguiar prognostica que Bomfim deve ter lido esse documento em 1896 ou 1897, já que no artigo “Instrução popular” publicado no jornal A República, em 02 de setembro de 1897, faz referência a esse estudo.